

Controle, produção de subjetividade e ensino de filosofia

Control, production of subjectivity and teaching of philosophy

Resumo

Este artigo procurar desenvolver um caminho de análise através de dois conceitos: sociedade de controle e produção de subjetividade. Desse modo, o propósito é pensar nossa atual situação cultural a partir da dicotomia proposta por Felix Guattari entre processo de singularização e produção de subjetividade associada à descrição que Gilles Deleuze faz das sociedades de controle, aplicados aos avanços tecnológicos no campo do entretenimento e da cultura. É a partir dessa análise que elaboramos a pergunta sobre como podemos pensar um ensino de filosofia que nos ajude a lidar com o impacto dessa sociedade que vivemos.

Palavras-chave: Deleuze, Guattari, subjetividade, controle, ensino de filosofia

Abstract

This article seeks to develop a path of analysis through two concepts: control society and production of subjectivity. Thus, the purpose of this article is to think about our current cultural situation from the dichotomy proposed by Felix Guattari between the process of singularization and production of subjectivity associated with the description of the control societies of Gilles Deleuze applied to technological advances in the field of entertainment and culture. It is from this analysis that we create the question of how we can think of a teaching of philosophy that will help us deal with the impact of this society that we live.

Keywords: Deleuze, Guattari, subjectivity, control, teaching of philosophy

Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: la.salvia@ufabc.edu.br

Recebido em: 12/02/2019 Aceito em: 16/07/2019

Introdução

A nova temporada da série *Black Mirror*, *Bandersnatch*¹, oferece à audiência a possibilidade de escolher os caminhos do protagonista. Ao longo do “filme” as combinações se multiplicam, gerando diferentes finais. Em um deles, há um exercício de metalinguagem no qual o espectador pode escolher como contar ao protagonista o que está acontecendo, quem está no controle e quem faz as escolhas. Uma das opções é escolher a “Netflix” e tentar revelar ao protagonista que ele está imerso numa série transmitida por um canal sob demanda e existe um espectador que controla as suas escolhas através de uma *smart tv*.

Netflix e controle são palavras que podem ser pensadas associadamente hoje, pois, através da coleta e análise de milhares de dados de seus usuários, a empresa faz seus produtos se “encaixarem” nas preferências deles. A própria *Netflix* poderia ser tema de um episódio de *Black Mirror*, série de ficção científica na qual se problematiza pequenos inventos tecnológicos que mudam o panorama da vida humana, como: realidade virtual, robôs, dispositivos de memória, vigilância da vida de familiares, *reality shows*, os *likes* das redes sociais, entre outros. Um dos atrativos da série é que suas histórias borram os limites do que seria uma ficção e o que de fato está se passando no atual estágio de nossa cultura, uma vez que alguns dos inventos tecnológicos quase existem de fato.

O problema desse artigo nasce no impacto desse momento e procura pensar qual seria o seu reflexo no ensino de filosofia dos jovens imersos nas novas tecnologias. O que traz implícita a questão sobre a forma como a filosofia pode nos ajudar a pensar o que está acontecendo conosco.

Pareceu-nos provável que, apesar da série da *Netflix* ser restrita a uma certa camada mais abastada da população que possui *smart tv* e assinaturas de canais sob demanda, o impacto das novas tecnologias se dá em todas as plataformas digitais mais acessadas. Como os *smartphones* estão presentes em diferentes camadas sociais da população jovem, ao observarmos a quantidade imensa de aparelhos vendidos², podemos dizer que o fenômeno tecnológico base da *Netflix* não lhe é exclusivo. *Facebook*, *Google*, *Youtube* trabalham com o mesmo controle e direcionamento de informações a partir da análise dos nossos

1 Série pode ser assistida pelos usuários da Netflix no endereço <https://www.netflix.com/br/title/80988062>, acesso 12/2/2019

2 Em 2018, a pesquisa conduzida pela FGV/EAESP apontou que existiam 220 milhões de aparelhos habilitados no país. A pesquisa é hospedada em <https://easp.fgv.br/ensinoeconhecimento/centros/cia/pesquisa> acesso 05/02/2019.

próprios dados, entregues a essas empresas a partir dos rastros deixados ao longo de nossas incursões na *internet*. Um exemplo banal: as buscas no *google.com* por um tênis de corrida geram instantaneamente propagandas de lojas de esporte ou de corridas de rua em nossas “*time lines*”. Esse mecanismo é conhecido como análise de *big data* e se configura como uma espécie de controle de nosso acesso às informações – que passam assim a ter um filtro, um algoritmo de inteligência artificial, direcionando-nos a respeito do que ver, ouvir, comprar, ler, pensar. O nosso computador, ou *smartphone*, possui uma identidade única, seu IP, que significa “*Internet Protocol*”, gerando um número identificador de um dispositivo em uma determinada rede (um computador, impressora, roteador, etc.). Através dele, o *google.com* consegue saber que procuramos uma promoção de um tênis, e sua inteligência artificial devolve para esse mesmo endereço anúncios das lojas de tênis que são seus anunciantes.

Pensar esses fenômenos através de conceitos filosóficos e trazer essa problematização para o ensino de filosofia é o nosso objetivo. Para tanto, nosso caminho de análise passará por dois conceitos: sociedade de controle e produção de subjetividade. Desse modo, o propósito desse artigo é pensar essa situação cultural a partir da dicotomia proposta por Felix Guattari entre processo de singularização e produção de subjetividade, associada à descrição feita por Gilles Deleuze das sociedades de controle, aplicados aos avanços tecnológicos no campo do entretenimento e da cultura. É a partir dessa análise que retomamos a pergunta sobre como podemos pensar um ensino de filosofia que nos ajude a lidar com o impacto dessa sociedade que vivemos.

***Big data* e a sociedade de controle**

“Tudo o que fazemos deixa um rastro digital”. A fala é de Juliette Powell, fundadora da *Turing AI*, no documentário *The human face of the big data*³. Celular, cartão de débito, relógios, GPS, computadores, pedágios, *smart tv*. Os dispositivos eletrônicos de que nos servimos geram dados a cada uso. Se vamos passear, por exemplo, em um parque nacional e usamos nosso celular para tirar fotos e enviá-las aos amigos, estamos alimentando uma imensa estrutura, já que fomos “mapeados” ao longo do caminho por torres que captam essas informações ou imagens. Esses dados, armazenados em nosso próprio celular, abastecem o *Instagram* e, conseqüentemente, as infinitas possibilidades de

3 https://www.youtube.com/watch?v=1-SVN3txo_4, acesso 19/01/2019.

serem curtidos e replicados por outras *time lines*. Todos os dispositivos arremontam essa imensa nuvem de informações que passou a ser chamada de *Big data*. Hoje, há diferentes profissionais pesquisando e desenvolvendo produtos e serviços a partir da análise e processamento desse arsenal de dados.

A *Netflix* faz disso o seu próprio negócio. Ao lançar uma plataforma *online* de assinatura de vídeos, automaticamente criou um mecanismo de coleta de dados de seus assinantes. Ela mesma afirma que a “*Netflix* é uma companhia guiada por dados. Muitas decisões de negócios e produtos são baseadas nos *insights* entregues pela análise de dados”⁴. Para nos restringirmos a apenas dois exemplos de produtos criados assim, poderíamos citar as séries *House of Cards* e *Stranger Things*. Com uma pesquisa no *google.com*, os leitores poderão encontrar afirmações dos próprios produtores das mencionadas séries, confirmando o uso de análises de *big data* de usuários para pensar o tema, os atores, os diretores, os figurinos, os cenários. E assim, fabricaram um sucesso garantido.

Estamos imersos nesse mundo. E acreditamos que pensar o ensino de filosofia hoje precisa levar em conta esse universo, no qual nós e nossos alunos estamos inseridos. E, se perguntarmos sobre a existência de algum filósofo a pensar sobre essas questões, veremos que Gilles Deleuze fez um pouco de futurologia quando, em 1990, denominou de “sociedades de controle” às sociedades que então se formavam.

Em um não longo, mas importante artigo intitulado *Post-scriptum: sobre as sociedades de controle* (1990) e em uma entrevista intitulada *Controle e Devir* (1990), ambos os textos reunidos na coletânea *Conversações* (1992), Deleuze comenta as ideias de Michel Foucault sobre como funcionava o poder nas sociedades de soberania e nas sociedades disciplinares. Nessas, forjadas ao longo do século XVIII, o poder sobre os indivíduos se exercia através de diferentes instituições, família, escola, exército, trabalho, as quais vão nos formando enquanto indivíduos, pelo confinamento, pela definição de um espaço e o cálculo do tempo de nossas ações, assim como pela seriação de níveis de progressão. Deleuze, entretanto, alerta que esses sistemas já estavam entrando em colapso nos anos 1990. E que as sociedades de controle viriam substituir as sociedades disciplinares.

4 “*Netflix is a data-driven company. Many business and product decisions are based on insights derived from data analysis*”. <https://medium.com/netflix-techblog/evolution-of-the-netflix-data-pipeline-da246ca36905>, acesso 19/01/2019.

Deleuze analisa as formas de poder da sociedade nascente e afirma que “estamos entrando nas sociedades de controle que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”⁵. Deleuze captava os sinais de que as sociedades disciplinares estavam dando lugar, progressivamente, a novas formas de assujeitamento das massas. Mas, quais seriam as características do controle contínuo e comunicação instantânea?

O controle é uma modulação, ou seja, uma moldagem que muda constantemente de forma, isto é, não se configura como o sistema disciplinar em que cada instituição exerce o seu poder homogeneizante em espaços bem delimitados e descontínuos – primeiro a família, em seguida a escola e depois o trabalho, eventualmente o serviço militar. Ele agora se dá em meio aberto e ininterruptamente. Deleuze ainda nos diz que a linguagem da sociedade de controle é numérica e suas máquinas símbolo são as cibernéticas e o computador. Ou seja, as máquinas e *gadgets* que usamos utilizam de linguagem numérica para se constituir através de algoritmos e de linguagem de programação para marcar o acesso à informação, ou à sua rejeição, através de senhas. Nesse sentido, diz Deleuze, as pessoas passaram a ser ‘dividuais’ e a integrar bancos de dados. Perdemos o “in” que nos singularizava e passamos a ser divididos enquanto números em diferentes bancos de dados: folha de pagamentos de empresas ou do Estado, número da previdência social, número do *whatsapp*, o IP, anteriormente citado.

Deleuze repete a afirmação de que “o controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração infinita e descontínua. O homem não é mais o confinado, mas o homem endividado”⁶. Acrescentando aqui o endividamento como uma das novas expressões do assujeitamento das pessoas à sociedade.

Tomemos um exemplo comum, sem precisar de nenhuma ficção científica para descrevê-lo: o funcionamento de nosso cartão de débito. Recebo o meu salário no banco, mas não vou até ele para obter dinheiro no seu formato papel; uso o meu cartão para diversas compras, açougue, loja de esportes, farmácia... bastando inserir meu cartão na “maquininha” e digitar minha senha, pessoal e intransferível de seis números. Em cada lugar por que passo, deixo um rastro digital do dia, hora, valor e produtos que comprei. Se isso for reunido por meses a fio e for interesse do banco, pode-se traçar um mapa dos meus padrões de consumo e me serem oferecidos serviços em função

5 Deleuze, G. Conversações, Ed 34, SP, 1992, p. 216

6 Idem, p. 224.

deles. Por isso, nossas sociedades atuais utilizam “as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração do sistema fechado”⁷.

As implicações dessa tecnologia estavam muito além do que Deleuze podia pensar, mesmo em termos de ficção científica, em 1990. A situação hoje é de política de estado quando pensamos que a NSA (National Security Agency) dos EUA vasculha os dados dos cidadãos americanos em busca de conexões com possíveis terroristas e seus atentados, como denunciados por Edward Snowden e Bradley Manning, considerados traidores da pátria, exatamente por revelarem estratégias de segurança nacional baseadas no controle. Shoshana Zuboff (2015), ao estudar o que chama de Capitalismo de Vigilância, aponta para as mudanças no mercado de trabalho, nas leis e na democracia através dos avanços tecnológicos e na captação de dados dos cidadãos.

Deleuze ainda nos diz que a sociedade de controle passava a estabelecer uma nova relação com a filosofia, pois é o departamento de *marketing* das empresas que se chama de criador de conceitos e se configuram como um instrumento de controle social:

*Hoje é a informática, a comunicação a promoção comercial que se apropriaram dos termos ‘conceito’ e ‘criativo’ e esses ‘conceituadores’ formam uma raça atrevida que exprime o ato de vender como o supremo pensamento capitalista, o cogito da mercadoria*⁸.

Os meios tecnológicos, seus dados, suas informações substituíram a natureza e procuram estabelecer o consenso como regra do controle. A sociedade atual trabalha com a produção incessante de rotação rápida – são muitos produtos a escolher, muitas marcas, sempre novos lançamentos – e também tenta controlar nosso acesso e escolha porque, ante essa miríade de opções, os conceitos norteadores do *marketing* guiam o homem a fazer suas dívidas frente a tantas opções (escolha o “o sabão que lava mais branco”, “a cerveja que desce redondo”, o “preço menor que ninguém faz”).

Por fim, Deleuze ainda nos diz que observamos a natureza através dos dispositivos e das mesas de informação: “em nossa vida social que o sistema janela-exterior tende a ser substituído pelo sistema aposento fechado-mesa-de-informação,

7 Idem, p. 220.

8 Idem, p. 170.

nós lemos o mundo mais que o vemos”⁹. Não olhamos o céu e conhecemos as características das estações do ano, oferecidas pelo aplicativo de previsão do tempo. Muitos nem “paqueram” mais, abrem uma conta no *Tinder*. Em ambos os exemplos, o que nos fica claro é que além de controlarem nossa relação amorosa e nos oferecerem dados sobre o clima, esses aplicativos possuem formas de gerenciarem nossos dados e os utilizam para nos oferecer outros produtos e serviços, colocando-nos em bancos de dados.

Ante essa civilização do clichê, do consenso e dos produtos do *marketing*, Deleuze propõe que uma das formas de resistência é o silêncio, diz ele que é preciso arranjar “vacúolos de solidão e silêncio”¹⁰ para que as pessoas tenham o que falar e, assim, criar interruptores nessa comunicação toda, para escapar ao controle. Ainda destaca reações mais ativas como a pirataria e os vírus de computador, prefigurando uma rebeldia *hacker* como outro antídoto a esse sistema de poder.

E de que forma esse alerta pode nos servir para pensar o ensino de filosofia? Antes de responder a essa pergunta, outro conceito nos parece fundamental a ser agregado nessa análise: a crítica à produção de subjetividade da sociedade contemporânea feita por Felix Guattari.

Produção de subjetividade

Como aponta Michel Hardt, a questão da subjetividade marcou vários pensadores pós-guerra:

*Uma das teses centrais mais comuns nas análises institucionais de Deleuze e Guattari, Foucault, Althusser e outros, é que a subjetividade não é originária, dada a priori, mas se forma pelo menos até um certo ponto, no campo das forças sociais. As subjetividades que interagem no plano social são substancialmente criadas pela sociedade*¹¹.

Dentro dessa perspectiva, queremos analisar o livro *Micropolíticas, cartografias do desejo*, organizado por Suely Rolnik, que condensa a intensidade das ideias

9 Idem, p. 196.

10 Idem, p. 162 e p. 216.

11 Hardt, M. Sociedade Mundial de Controle. In: Alliez, Éric. Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000, p 368

de Felix Guattari, expressas em encontros, eventos e conversações que manteve por ocasião da sua vinda ao Brasil, em 1982, para daí extrair algumas chaves de leitura de nossa sociedade.

A primeira parte da obra já traz algo muito intenso que é a análise e crítica da noção de cultura. Guattari começa por dizer que para ele tal conceito é reacionário. Isso porque a cultura é um mecanismo de sujeição subjetiva, inserida no capitalismo mundial integrado, o que significa que separa e cataloga os indivíduos em esferas, grupos de expressão semiótica para exercer o seu poder de subjetivação.

A cultura de massa é máquina de produção de subjetividade nas quais as elites expõem um mercado geral do poder. As elites podem atribuir a si alguns objetos culturais como signos distintivos na relação com os outros. Signos de distinção e, portanto, de separação de classes. Dentro dessa perspectiva, não valem para Guattari as distinções entre cultura popular, erudita e de massa. Ele inventará outra diferenciação de núcleos semânticos para a cultura, que serão: cultura-valor, cultura-alma coletiva e cultura mercadoria.

A cultura valor é a distinção social conferida àquele que a possui frente aquele que não a possui, ou seja, é a cultura tomada como um sistema de distinção daquele que fez certo tipo de trabalho no campo do saber, das artes, da ciência. A cultura alma-coletiva expressa o sentido de que todos os grupos humanos (os povos, as etnias, os grupos sociais) expressam elementos próprios de sua cultura. Por fim, a cultura mercadoria é a produção e difusão de mercadorias culturais enquanto bens:

“enfim, tudo o que contribui para a produção de objetos semióticos (livros, filmes, etc.), difundidos num mercado determinado de circulação monetária, ou estatal. Difunde-se cultura exatamente como coca-cola, cigarros “de quem sabe o que quer”, carros ou qualquer coisa¹²”.

Essas três dimensões coexistem, mesmo que, na produção dos meios de comunicação de massa, a produção de subjetividade capitalista gere uma cultura com vocação universal. É e aí que a cultura como produção de subjetividade torna-se perigosa, pois cria subjetividades universais. Basta pensar nos lançamentos globais de filmes hollywoodianos e seus efeitos nas pessoas: há um efeito homogeneizador do super-herói americano e de seu belo e

12 GUATTARI, Félix., Rolnik, Suely. *Micropolítica, cartografias do desejo*. Petropolis, Ed Vozes, 4ª edição 1996, p17.

romântico par, como subjetividade desejada e a ser alcançada. Junto com os filmes, vendem-se brinquedos, cosméticos, vestuários que permitem a seus compradores “serem” um pouco como os protagonistas. Pesquisas como a de Butcher (2004) analisam mais a fundo esta relação entre os filmes e a produção de subjetividade.

Já no segundo capítulo, Guattari trabalha a noção de subjetividade, deixando claro que ele a prefere, ao “falar sempre em subjetivação, produção de subjetividade”¹³, ao invés da noção de ideologia. Também considera que as subjetividades são industriais no sentido de que são fabricadas, recebidas, consumidas e, no caso atual, aponta a produção de modo capitalístico, que se dá em escala internacional, afirmando que

*As forças sociais que dominam o capitalismo hoje entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante hoje até do que o petróleo e as energias. No Japão, por exemplo, não se tem petróleo, mas se tem – e como! - uma produção de subjetividade. É essa produção que permite à economia japonesa se afirmar no mercado mundial, a ponto de receber a visita de centenas de delegações patronais que pretendem ‘japonizar’ as classes operárias de seus países de origem*¹⁴

O exemplo dado por Guattari sobre o Japão pode nos servir muito bem para explicar o que é produzir uma subjetividade. Afinal, a *Toyota* e seu modo de produção industrial, por exemplo, tornou-se um paradigma de produção e qualidade que gera discursos de confiança na mecânica de seus automóveis, molda motoristas e proprietários de todo o mundo – em 2018, o *Toyota Corolla* foi o carro mais vendido no mundo. Mas não foi apenas o *toyotismo*¹⁵ que modificou o perfil da indústria automobilística; podemos acrescentar ainda a criação de subjetividade *anime/mangá* dos *cosplayers* das feiras e festivais de *videogame*, nos quais a produção de subjetividade chega ao ponto das pessoas se vestirem como os personagens das histórias em quadrinhos e *videogames* com os quais possuem afinidade. Pesquisas como as de Coelho e Silva (2007) ou Ferrari Nunes (2013) apontam para essa relação.

13 Idem, p. 25.

14 Idem, p. 26.

15 Taiichi Ohno. *Toyota Production System, Beyond Large-Scale Production* (Productivity Press, 1988).

Para Guattari, nas escolas há uma intensa produção de subjetividade que faz dela um espaço de ascensão social meritocrático, expressos por falas do tipo: “você precisa estudar para ser alguém na vida”, formando um espaço onde o aluno precisa se fazer “empresário de si mesmo” para vencer na vida. Na escola já há a preparação para a dominação das forças produtivas, estabelecendo padrões que algumas subjetividades recebem sem muita resistência. A sociedade, através da distinção de classes, da segregação de seus campos de ação, de uma infantilização generalizada faz com que nossas subjetividades sejam pré-fabricadas ao gosto dos modos de produção capitalistas:

*Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro – em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria ideia de vida social organizada.*¹⁶

O que Guattari defende é a ideia de que o processo de dominação econômica é inseparável de um processo de dominação cultural e, sem esse entrelaçamento, não seria possível controlar as realidades sociais. Para Guattari, a sociedade atual coloca as pessoas diante de um impasse entre dois extremos do qual será preciso dar-se conta e agir: “uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade”¹⁷. A partir dessa crítica, o que Guattari propõe é o desenvolvimento de processos de singularização que fujam dos enquadramentos, do sistema de referenciação das forças sociais dominantes.

O processo de singularização precisa ser automodelador, o que consiste em construirmos os próprios elementos de nossas práticas e teorias, capacitando-nos a ler nossa própria situação e o que se passa em nosso entorno, de modo a não depender das relações com o poder global. Como propõe Guattari, “o processo de singularização de subjetividades se faz emprestando, associando, aglomerando dimensões de diferentes espécies”¹⁸. Os poderes dessa

16 Idem, p. 42.

17 Idem, p. 33.

18 Idem, p. 37.

sociedade reduzem os homens à condição de suporte de valor, desmanchando modos de vida em troca de valores universais, homogeneizantes, no qual a mídia, com sua cultura de massas, tem um papel importante, ao produzir indivíduos iguais e processos empobrecidos.

Para combater a essa padronização homogeneizante, Guattari contrapõe processos de singularização de subjetividades à produção de subjetividade. A singularização significa ser necessário criar modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que escapem às subjetivações capitalistas, ou seja, criar “uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos”¹⁹. Na referida obra, *Micropolítica*, Guattari fala em revolução molecular, para a qual devemos nós mesmos traçar novas formas de relação conosco através dos sonhos, desejos, criações e autocontrole, e inventar novas formas de sociabilidade doméstica, amorosa e profissional, na vizinhança e na escola – citando inclusive sua experiência em rádios livres como um exemplo de atividade coletiva que cria singularidades e ajuda a escapar da dominação homogeneizante das grandes rádios. Guattari explora essa ideia de forma ainda mais detalhada na obra *As três ecologias* (1989), na qual desenvolve a noção de que somente criando novas formas de vida em três dimensões – no meio ambiente, nas relações sociais e na subjetividade humana – é que poderemos traçar novos modos de vida que resistem à configuração da sociedade atual.

Diante desse cenário, quais seriam as contribuições positivas da escola e especificamente do ensino de filosofia? Como experimentar processos de singularização com nossos discentes nesse momento em que a produção de subjetividades é tão forte e sistemática?

Ensino de filosofia e processo de singularização

Neste artigo, duas ideias básicas foram destacadas: o criar vacúolos de não-comunicação, sugerido por Deleuze e a invenção de modos de vida singulares, proposta por Guattari. Resta pensar de que forma essas propostas podem se tornar práticas de ensino de filosofia.

Uma possibilidade parece ser autoevidente: a denúncia desse complô, ao se trazer para a sala de aula trechos de Deleuze e Guattari, buscando exemplos

19 Idem, p. 18.

tirados do cotidiano e relacionando-os com essa crítica. Dessa forma, já os alunos do terceiro ano de ensino médio teriam condições de apreenderem a questão da produção de subjetividade e o papel das mídias nesse processo. A seleção e recortes de trechos de textos de Guattari a serem problematizados em sala, assim como a análise da sociedade de controle, desenhada por Deleuze, fariam paralelos com o momento atual, textos fartos em exemplos que são.

É preciso lembrar que a escola hoje experimenta uma sobreposição de práticas de assujeitamento da sociedade disciplinar e da sociedade de controle, o que possibilita uma referenciação bem concreta para as ideias dos autores. Nossas escolas ainda são espaços de confinamento, com muros, salas, carteiras enfileiradas, com horários contados para as aulas, para recreio e com seriação dos níveis de aprendizado e, ao mesmo tempo, já são expressões da sociedade de controle, com as avaliações e banco de dados de desempenhos, com senhas e aplicativos nos quais os pais controlam as informações dos filhos. Algumas fazem uso até de catracas, acessadas com cartões que alimentam as planilhas de presença. Enfim, a própria escola é um exemplo concreto do que os textos dos filósofos aqui comentados procuram problematizar.

No nosso entendimento, os textos filosóficos são importantes na didática do ensino médio, pois estabelecem o contato direto dos alunos com a sintaxe e estilo dos filósofos, em vez de um contato indireto através da fala mediada do professor, ou um texto de comentador. E mais: a leitura atenta de um trecho durante a aula pode propiciar um momento de paciência com o conceito, o que permite diferenciar um conceito filosófico dos conceitos de *marketing*. Trata-se de um mastigar lento dos sentidos que os conceitos suscitam, o que pode ser singularizante no sentido de não se buscar um consenso entre os alunos, devendo o professor evitar a prática de que todos entendam os textos da mesma maneira.

Esse exercício exige uma dupla tarefa do professor, que deve selecionar o trecho que pretende ler em sala, dimensionando o tamanho adequado, mas também a preparação da leitura em sala, para que haja um envolvimento dos alunos com as ideias expostas e não simplesmente uma aquisição de vocabulário. Essa paciência com o conceito através da leitura atenta e direta de um trecho do filósofo pode representar a criação de um vácuo de não-comunicação, como propõe Deleuze, fazendo-nos entender que a dinâmica das redes sociais hoje nos inspira reações rápidas, feita sem pensar, e curtas – um *tweet*, na verdade. A paciência na apreensão do conceito pode ser um antídoto ao *tweet*.

Após esse processo, pode ser que se tenha algo a falar que não meramente o repetir do que foi explicado pelo texto. Isso exige um terceiro ponto

na preparação da aula pelo professor de filosofia: pensar instrumentos de avaliação que não sejam a mera repetição as ideias expostas na sala, nem a formulação de consenso, mas sim a expansão da crítica a situações-problema do cotidiano. Assim, os alunos se sentirão estimulados a procurarem novos exemplos nos quais o que foi problematizado no texto pode ser aplicado. Certamente isso se constituirá de um instrumento de avaliação que diferencia as respostas de cada aluno.

Uma segunda possibilidade para a implementação das ideias neste artigo analisadas depende de políticas públicas para a educação e novas mídias. Essa ideia não é utópica. A França, por exemplo, através do *Centre de liaison de l'enseignement et des médias d'information* (CLEMI), uma agência do Ministério da Educação francês, tem permitido “que os alunos aprendam a ler, decifrar informações e imagens, aprimorar seu pensamento crítico, formar uma opinião, habilidades essenciais para exercer uma cidadania esclarecida e responsável na democracia”²⁰. No Brasil existem muitas iniciativas e projetos de escolas para o que chamam de alfabetização digital, mas não há uma política pública organizada, como o *Clemi*. Nesse sentido, nossas aulas de filosofia poderiam abrir espaço para a crítica do papel das mídias em nossa sociedade, em duas frentes claras: a crítica aos conteúdos, mas também à produção de conteúdos.

Talvez alguns professores não concordem com a ideia de que cabe exclusivamente à disciplina de filosofia a crítica ao papel das mídias, argumentando que todas as disciplinas têm a tarefa de ajudar o aluno a entender, por exemplo, o que é uma *fake news*, entre outras práticas midiáticas, principalmente as disciplinas de História e Língua Portuguesa. Por outro lado, é importante notar que foram filósofos e sociólogos os principais críticos do papel das mídias e da indústria cultural, e nomes como Guy Debord (1997), T. Adorno e Horkheimer (1985), Marcuse (1973), Benjamin (2018), Marshal McLuhan (1964), Jean Baudrillard (2009) são alguns exemplos de autores que precisam circular nas aulas de filosofia e sociologia, cumprindo essa expectativa. Porém, também há a necessidade de se problematizar o trabalho de construção de notícias e como elas podem ser tendenciosas. O *Clemi*, já citado, desenvolve cursos nos quais os professores aprendem a criar *blogs*, jornais e *webrádios*. Nesses casos, desdobra-se o conteúdo didático da aula de filosofia para a prática da produção singular de conteúdos, principalmente se esse esforço estiver desatrelado a ideias de copiar os *youtubers* de sucesso ou os programas mais vistos. Não se trata de estimular a repetição do padrão altamente

20 <https://www.clemi.fr/fr/formation.html>, acesso em 1/2/2019

difundido, mas de estimular a criação singular. Ou de “destruir” a internet, mas apropriar-se de seus aplicativos e das possibilidades para criar novas formas de relações pessoais e coletivas. Nesse sentido, funcionaria tanto para se criar um vazio no consumo da grande mídia, quanto para significar um exercício de criação de novos vínculos com ela.

Na atividade prática, outra preparação por parte dos docentes é necessária, afinal também precisam dominar o uso dessas tecnologias, saber como programar um *app*, abrir um vídeo no *youtube*, fazer *download* de *torrents* com filmes que se queira exibir aos alunos, saber montar um equipamento de projeção. Enfim, há uma série de atividades com as diferentes mídias que o professor e o aluno precisam protagonizar, buscando ser criativos e não meros consumidores e usuários. É preciso toda uma invenção para não se reproduzirem os modelos que impedem os processos de singularização.

O que se tentou aqui foi relacionar os dois conceitos que nos parecem fundamentais para a prática e didática do ensino de filosofia atual, conectado com a contemporaneidade. Apesar de ter sua origem nos anos 1980 e, portanto, parecerem datados, a denúncia da produção de subjetividade e da sociedade de controle precisam ser tematizadas nas salas de aula para que o ensino de filosofia ganhe na dimensão de reflexão teórica dos problemas atuais. O sistema de vigilância associado ao discurso da segurança, a homogeneização dos produtos culturais em detrimento da diversidade de manifestações artísticas, a falência da comunicação e da linguagem diante do encurtamento da fala e da escrita estimulado pelos aplicativos, o esgotamento dos recursos naturais do planeta, os problemas da produção industrial de alimentos, enfim, são inúmeros os problemas contemporâneos que também precisam ser abordados pelo ensino de filosofia.

Referências

- ADORNO, T; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BAUDRILLARD, J. *A sociedade do consumo*. 3ª ed. São Paulo: Edições 70, 2009.
- BENJAMIN, W. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. São Paulo: L&PM, 2018.
- BUTCHER, P. A reinvenção de Hollywood: cinema americano e produção de subjetividade nas sociedades de controle, *Revista Contemporânea*, n.3, v.2, 2004.
- COELHO Jr., L. de L.; SILVA, S. S. Cosplayers como fenômeno psicossocial: do reflexo da cultura de massa ao desejo de ser herói, *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum*, v.17, n.1, pp. 64-75, 2007.
- DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FERRARI NUNES, M. R. A cena cosplay: vinculações e produção de subjetividade, *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v.20, n. 2, pp. 430-445, maio/ago. 2013.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica, cartografias do desejo*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HARDT, M. *A sociedade mundial de controle*. In: ALLIEZ, É. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- MACLUHAN, M. *Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem*. São Paulo: Cultrix, 1964.
- MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial o Homem Unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- ZUBOFF, S. Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization, *Journal of Information Technology*, 30, pp. 75-89, 2015. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/abstract=2594754>. Acesso em: 08 fev. 2019.